

IDEIASNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Ideiasnet S.A. (“Ideiasnet” ou “Companhia”) é uma companhia de *venture capital* com sede na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1998 para exercer a atividade de incubadora de projetos de internet, em 08 de junho de 2000, a Companhia tornou-se a primeira empresa de Tecnologia de Informação brasileira a lançar ações na BM&FBovespa, atualmente B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (todas ordinárias, código de negociação IDNT3). Em 2008, a Companhia aderiu ao Novo Mercado da B3.

Durante muitos anos, a Ideiasnet participou ativamente de todos os estágios de desenvolvimento de suas investidas, se consolidou como referência no setor e foi sinônimo de empreendedorismo com alto nível de Governança Corporativa.

A Ideiasnet sempre atuou junto às suas investidas, na definição e implementação de modelos de negócios, estratégias de crescimento, operações de fusões e aquisições, contribuindo ativamente para o processo de tomada de decisão através da participação em seus Conselhos de Administração, quando instalados.

Dando continuidade ao processo de simplificação da sua estrutura societária, após as incorporações dos fundos Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP I”) e Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP II”) pelo Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações III – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP III”) em 31 de julho e 31 de março de 2017, respectivamente, a Ideiasnet deliberou pela extinção deste último em 26 de dezembro de 2018. O Ideiasnet FIP III era o último dos três fundos por meio dos quais a Ideiasnet detinha seus investimentos. Em 31 de dezembro de 2018, esse fundo possuía indiretamente apenas dois investimentos em empresas operacionais, nas empresas Padtec S.A. (“Padtec”) e, indiretamente, na Vix Inc. (antiga Batanga Media Inc., “Batanga”), conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Em 1º de fevereiro de 2017, o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier assinaram o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças firmado em 23 de dezembro de 2016 com a CDF - Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A. (“CDF”) para alienação da Montpellier Participações S.A. (“Montpellier”) e da Tectotal Tecnologia sem Complicações S.A. (“Tectotal”), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.c.

Conforme deliberação em Reunião de Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2016, diante da dificuldade financeira pela qual passavam as controladas indiretas Automatos Participações Ltda. (“Automatos Participações”) e Editora Pini S.A. (“Pini”), a Companhia deveria buscar reduzir a alocação de capital nessas controladas, fosse por meio de desinvestimento ou pelo gradativo encerramento de suas operações no menor prazo possível.

Consequentemente, os investimentos nessas controladas foram reclassificados para Ativos e Passivos Mantidos para Venda. Em maio de 2017, a Ideiasnet concluiu o desinvestimento da controlada indireta Automatos Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda. (“Automatos Serviços”), controlada pela Automatos Participações, e do Grupo Pini (formado pela Pini e por sua controlada PSE Ltda.), conforme nota explicativa nº 8.b. A partir de maio de 2017, a controlada Automatos Participações deixou de ser classificada como Ativo e Passivo Mantidos para Venda, e consequentemente seus ativos e passivos voltaram a ser consolidados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2017, o Ideiasnet FIP III adquiriu a participação acionária da IDCO Capital, LP (“Paul Capital”), referente ao fundo Ideiasnet FIP I. Desta forma, o Ideiasnet FIP III passou a ser o único cotista do Ideiasnet FIP I.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2017, foi discutida a possibilidade de constituição de um novo fundo de investimento voltado a projetos de infraestrutura em tecnologia. Os Conselheiros da Ideiasnet entendem ser importante buscar a perenidade da Companhia e a criação de valor para seus acionistas no longo prazo, razão pela qual decidiram mandar a Diretoria com poderes para tomar as medidas necessárias para tal fim, estudando a melhor forma de estruturação e captação de recursos, identificando empresas-alvo e possíveis co-investidores. Naquela mesma ocasião, os membros do Conselho de Administração concordaram que a Companhia ainda conta com altos custos regulatórios e operacionais se comparados com seu patrimônio, além de passivos tributários e contingências trabalhistas relevantes, razão pela qual deve continuar a perseguir alternativas visando a diminuição de custos e simplificação da sua estrutura, que podem incluir fechamento de capital da Companhia, migração para o segmento de listagem tradicional da B3, terceirização das atividades de gestão, entre outras.

Em AGE realizada em 04 de janeiro de 2018, os acionistas aprovaram a saída voluntária da Ideiasnet do Novo Mercado, sem a realização de oferta pública de ações. Assim, desde 08 de janeiro de 2018, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no segmento básico da B3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1 - Continuidade
- Nota 10 - Provisões para riscos
- Nota 16 - Utilização de prejuízos fiscais e impostos e contribuições diferidos
- Nota 16 - Tributos diferidos

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente Ideiasnet e suas controladas (“Grupo”), em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas Ideiasnet FIP III, Ideiasventures Participações S.A. (“Ideiasventures”), Chenonceau Participações S.A. (“Chenonceau”) e Automatos Participações. Os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstrados na nota explicativa nº 9. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.1.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

3.2. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável

somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da *joint venture*.

Um investimento em uma *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício em que o investimento é adquirido.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

O modelo de negócios reflete como a Companhia administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no

momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial (líquido de impostos)” e acumuladas na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente é reclassificado para o resultado.

iii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e transações com partes relacionadas.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas são revisadas ao final de cada exercício e se necessário, ajustadas.

3.5. Intangível

Ágio

Nas demonstrações contábeis consolidadas o ágio resultante na aquisição de controladas e fundamentado em rentabilidade futura é registrado como ativo intangível conforme CPC 04 (R1) - Ativo intangível.

Os ágios são mensurados a custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável sobre tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “*impairment*” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por “*impairment*”, são revisados subsequentemente para a análise

de uma possível reversão do “*impairment*” na data do balanço. “*Impairment*” de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.7. Ativo mantido para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.8. Provisões para contingências

As provisões para contingências eram reconhecidas apenas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que os valores fossem estimados de forma confiável, para as condenações cuja probabilidade de liquidação fosse provável. No entanto, nos últimos anos, a Diretoria observou que a classificação do risco de perda dos processos judiciais, por parte dos assessores jurídicos, tendia a piorar à medida que a ação avançava no tempo. Em virtude disso, a Diretoria optou por aumentar o valor das suas provisões para contingências em 2018, passando a provisionar também 50% das ações com risco possível e 25% daquelas com risco remoto de perda.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.9. Remuneração com pagamento baseado em ações

Os planos de remuneração com base em ações são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 11.6.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada encerramento de exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma

que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta Reserva de Capital - Plano de opção de ações que registrou o benefício aos empregados e diretores.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares e é reconhecida quando da prestação dos serviços.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.14. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento.

Adicionalmente, o fluxo de caixa relativo a impostos parcelados está classificado como fluxo de caixa da atividade operacional.

3.15. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas.

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

A Companhia avaliou a classificação e a mensuração dos ativos financeiros e de acordo com seu modelo de gerenciamento de ativos manteve a classificação do instrumento financeiro Batanga em conta de ativo financeiro avaliado a valor justo por meio do resultado.

IFRS 15 – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

Os pronunciamentos acima não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de aluguéis.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas e não espera impacto relevante sobre as suas demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa e bancos	-	2	3	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	3.591	319
	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>3.594</u>	<u>323</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as aplicações financeiras do Consolidado referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, com remuneração à taxa média de 97% do CDI em 2018, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e a análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº16.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Itaú Top RF Referenciado DI FIC FI RF (a)	-	130
Letras financeiras do tesouro - LFT (b)	-	3.695
Certificado de depósito bancários (c)	-	3.475
Investimentos registrados ao valor justo (d)	2.278	2.278
Fundo Itaú Soberano (e)	-	2.064
	<u>2.278</u>	<u>11.642</u>
Circulante	-	-
Não circulante	2.278	11.642

A Companhia considera que não exerce influência significativa sobre estes investimentos, uma vez que não gerencia as atividades diárias na administração, a política de investimentos e a gestão desses instrumentos financeiros.

(a) Refere-se às aplicações financeiras de renda fixa no Fundo de Investimento BRL Referenciado DI Longo Prazo, não exclusivo, cuja carteira era gerida pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A Companhia não possui qualquer ingerência ou influência na gestão da carteira ou aquisição e venda dos papéis

componentes da referida carteira. O objetivo do fundo é acompanhar a variação do CDI no longo prazo.

- (b) Refere-se às Letras Financeiras do Tesouro remuneradas à taxa Selic.
- (c) Refere-se às aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, remuneradas a taxa de 98% do CDI.
- (d) Refere-se ao ativo financeiro Batanga, reconhecido pela metodologia de avaliação por fluxo de caixa descontado para apurar o valor justo da empresa, cujo objetivo é a criação de conteúdo digital, através de anúncios, *streaming* de vídeos e rádio digital, voltado para as audiências hispânicas nos Estados Unidos. O valor justo do investimento é avaliado anualmente, conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Em dezembro de 2016, através de uma sequência de operações societárias, a Batanga converteu empréstimos em capital e captou US\$9 milhões junto ao investidor estratégico Discovery Communications. Esta operação resultou em diluição da participação e perda de alguns direitos societários previamente negociados pela Ideiasnet. Após tentativas infrutíferas de resolução amigável, a Companhia iniciou, no primeiro trimestre de 2017, uma ação de avaliação (*appraisal action*) a fim de resgatar o valor de sua participação na Batanga.

Ao longo de 2017 a Companhia manteve negociações com a Batanga e em fevereiro de 2018 foi homologado um acordo judicial firmado com a investida, que permitiu (i) a recuperação parcial da sua participação, que passou a ser de 6,3% (6,1% em 31 de dezembro de 2018), detida indiretamente por meio da holding resultante da reestruturação societária (Batanga Legacy Holding LLC) ocorrida em dezembro de 2016, e (ii) a manutenção de alguns dos direitos societários previstos na transação original de troca de ações da então investida Bolsa de Mulher em 2013.

- (e) Refere-se à aplicação em fundo de renda fixa de baixo nível de risco indexada à taxa CDI, Itaú Soberano RF Simples LP FIC FI. A Companhia não possui qualquer ingerência ou influência na gestão da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira.

6. OUTROS VALORES A RECEBER E CRÉDITOS COM OUTRAS PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Adiantamentos a fornecedores e diversos	-	15	-	83
Depósito caução aluguel	35	100	35	100
Avais Officer (a)	913	913	913	913
Demais contas a receber (b)	726	546	3.725	2.910
	<u>1.674</u>	<u>1.574</u>	<u>4.673</u>	<u>4.006</u>
Circulante	726	15	738	820
Não circulante	948	1.559	3.935	3.186

- (a) A Companhia figurava como avalista na Cédula de Crédito Bancário nº 1.250, emitida pela Officer S.A. Distribuidora de Produtos de Tecnologia, então em recuperação judicial (“Officer”), em favor de BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A., integrante do Grupo Financeiro BMG. Em 6 de novembro de 2015, a Companhia, na condição de avalista, celebrou Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida, por meio do qual (i) assumiu integralmente a dívida pela qual já estava coobrigada e (ii) repactuou as condições de pagamento. Em razão da assunção da dívida, a Companhia ficou sub-rogada no crédito concursal outrora devido pela Officer.
- (b) A extinção do Ideiasnet FIP III em 26 de dezembro de 2018 resultou no reconhecimento pela Ideiasnet de R\$ 726 em saldo de disponibilidade de caixa a receber pela liquidação do fundo, além do valor de R\$ 5.163, classificado em depósito judicial em virtude das condições da transação de venda das investidas Montpellier e Tectotal pelo fundo em fevereiro de 2017, conforme mencionado na nota explicativa 10.1.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$2.470 referente a depósitos judiciais de processos arquivados de controladas já vendidas foi reclassificado da rubrica de Depósitos Judiciais para esta rubrica. Foi constituída provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa em exercícios anteriores pelo seu valor total, dada a expectativa de não-recebimento.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Passivo				
ISS	-	1	2.117	3.470
PERT	240	489	10.247	12.714
Outros	4	9	466	395
	<u>244</u>	<u>499</u>	<u>12.830</u>	<u>16.579</u>
Circulante	4	10	2.160	3.519
Não circulante	240	489	10.670	13.060

O valor consolidado é representado principalmente pelos débitos fiscais federais da controlada Automatos Participações incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), instituído pelo Governo Federal por meio da Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 somava R\$10.247. Após o pagamento dos valores correspondentes à entrada de 5% da dívida consolidada para adesão ao PERT, a Companhia e a controlada Automatos Participações concluíram as etapas de consolidação para três dos seis parcelamentos realizados e aguardam que a própria Receita Federal efetue a inclusão de débitos e de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL já informados para quitação integral dos saldos devedores dos três demais parcelamentos.

8. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Imóveis (a)	-	2.246	-	2.246
	<u>=</u>	<u>2.246</u>	<u>=</u>	<u>2.246</u>
Ativo não circulante	-	2.246	-	2.246

a) Imóveis

A Companhia recebeu 15 imóveis como garantia de avais concedidos em contrato de alienação fiduciária na venda da Latin eVentures.

Em 30 de junho de 2015, a Ideiasnet classificou esses imóveis como “ativo disponível para venda” em decorrência da decisão judicial emitida em maio daquele mesmo ano, garantindo o direito da Companhia sobre os imóveis.

A Companhia vem realizando esforços para venda desses imóveis, atendendo aos critérios do CPC 31 – Ativo Não Circulante Disponível para Venda. No entanto, em 2016, os imóveis foram reclassificados para Ativo Não Circulante considerando a ausência de expectativa de venda no curto prazo. Além disso, ao longo de 2018, tais imóveis tornaram-se indisponíveis em virtude de bloqueios ocorridos no âmbito de algumas ações judiciais nas quais a Companhia está arrolada. Sendo assim, a Companhia efetuou em dezembro de 2018 a reclassificação desses imóveis para “Propriedades para investimento”.

b) Automatos Participações e Pini

Em maio de 2017, a Ideiasnet concluiu o desinvestimento das controladas indiretas Pini e Automatos Serviços. Ambas as transações foram celebradas com executivos das respectivas investidas por valores não significativos. Após o desinvestimento na controlada indireta Automatos Serviços, a controlada indireta Automatos Participações deixou de ser classificada como Ativo e Passivo Mantidos para Venda, e consequentemente seus ativos e passivos voltaram a ser consolidados pela Companhia.

	<u>Automatos Serviços</u>	<u>Pini</u>
Valor da alienação	-	-
Reversão de provisão de passivo a descoberto	<u>4.380</u>	<u>15.532</u>
Ganho na reversão de provisão de passivo a descoberto	<u>4.380</u>	<u>15.532</u>

c) Montpellier e Tectotal

Em 23 de dezembro de 2016, o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier celebraram contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a CDF para alienação da Montpellier e da Tectotal. A operação foi aprovada pelo CADE em 6 de janeiro de 2017 e o termo de fechamento da transação celebrado em 1º de fevereiro de 2017.

O resultado desta alienação foi um lucro de R\$5.162. Desse montante já foi deduzido o valor R\$1 referente ao ágio da Montpellier no Ideiasnet FIP I. Houve também a reversão de passivo a descoberto de R\$102.

Valor da alienação	5.163
(-) Ágio	(1)
Lucro na alienação	<u>5.162</u>

9. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

As informações contábeis resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controlada em conjunto da Companhia, incluindo os valores totais de ativos, passivos, passivo a descoberto, receitas e prejuízo do exercício, estão apresentadas a seguir.

				Controladora					
Participações em coligadas e controladas em 31/12/17	Resultado de equivalência			Aplicações/ Aportes (Resgates)	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ganho/(Perda) Investimento	Participações em coligadas e controladas em 31/12/18	Passivo a descoberto em 31/12/2018
	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Reversão de Prov. para Passivo a Descob. (b)							
CONTROLADAS DIRETAS									
Padtec S.A.		339		32.331		(7)		32.663	
Ideiasnet FIP III	17.765	19.646	-	(36.986)	248	(650)	(23)	-	
Chenonceau Participações Ltda		(46)		2.574				2.528	
IdeiasVentures Participações Ltda.			(8.501)						(8.501)
Total	17.765	19.939	(8.501)	(2.081)	248	(657)	(23)	35.191	(8.501)
		(a) + (b)	11.438						

Controladora								
Participações em controladas e coligadas em 31/12/16	Resultado de equivalência patrimonial			Aplicações/ Resgates de cotas	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(perda) Capital - Var. part. controladas	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	Participações em controladas e coligadas em 31/12/17
	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Reversão/(Constituição) de Prov. para Passivo a Descob. (b)						
Ideiasnet FIP III	(17.802)	13.914	18.076	5.768	266	(3.346)	889	17.765
Total	(17.802)	13.914	18.076	5.768	266	(3.346)	889	17.765
	(a) + (b)	31.990						

	Consolidado					
	Participações em coligadas e controladas em 31/12/17	Ganho/(Perda) pelo MEP	Aportes	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Participação em controladas indiretas e coligadas em 31/12/2018
Padtec S.A.	21.635	11.373	64	(657)	248	32.663
Total	21.635	11.373	64	(657)	248	32.663

Consolidado					
	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/16	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/17
Padtec S.A.	15.563	6.185	270	(383)	21.635
Total	15.563	6.185	270	(383)	21.635

a. Liquidação do Ideiasnet FIP III

Em 26 de dezembro de 2018 a Companhia deliberou pela amortização parcial das cotas do Ideiasnet FIP III mediante a entrega de ações da Padtec, Chenonceau e Ideiasventures, e posterior liquidação e encerramento do fundo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 6.b. Consequentemente, a Companhia reconheceu um ganho de R\$12.216 em relação ao valor dos ativos recebidos do Ideiasnet FIP III

b. Alienação de controladas

O contrato de compra e venda das controladas Z Investimentos e Moip, celebrado em 22 de fevereiro de 2016, previa mais três pagamentos anuais a título de *earn-out*, no valor de €4,5 milhões cada, sendo €2,445 milhões proporcionais ao percentual da participação do Ideiasnet FIP I, condicionados ao atingimento pela Moip de determinados indicadores de desempenho nos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018. Dessa forma, esses ativos somente são reconhecidos se e quando as metas são alcançadas.

Em 17 de maio de 2017, a primeira parcela relativa ao *earn-out*, no valor de R\$6.167 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$3,35, líquida de IOF, foi recebida pelo Ideiasnet FIP I.

Em 20 de junho de 2018, a segunda parcela relativa ao *earn-out*, no valor de R\$5.330 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$4,20, líquida de IOF, foi recebida pelo Ideiasnet FIP III, fundo que incorporou o Ideiasnet FIP I

c. Participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto:

As informações contábeis resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controlada em conjunto da Companhia e informações sobre suas operações estão descritas a seguir:

31/12/18								
		% de participação – direta/indireta	Ativo Total	Passivo	Patrimônio Líquido	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Controladas diretas								
Chenonceau Participações S.A.	(c)	100,00%	5.868	3.340	2.528	3.589	-	(128)
Ideiasventures Participações S.A.	(d)	100,00%	5.850	14.351	(8.501)	1.390	-	7.092
Controladas Indiretas								
Automatos Participações Ltda	(b)	100,00%	8.932	23.270	(14.338)	(4.275)	-	7.285
Empreendimentos controlados em conjunto								
Padtec S.A.	(e)	34,06%	272.171	176.273	95.898	83.862	289.908	33.383
31/12/17								
		% de participação – direta/indireta	Ativo Total	Passivo	Patrimônio Líquido	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Controladas diretas								
Ideiasnet FIP III	(a)	100,00%	38.820	21.055	17.765	(2.145)	-	31.990
Controladas Indiretas								
Automatos Participações Ltda	(b)	100,00%	4.929	29.720	(24.791)	(5.005)	35	2.368
Chenonceau Participações S.A.	(c)	100,00%	2.657	-	2.656	379	-	(198)
Ideias Ventures Participações S.A.	(d)	100,00%	5.896	24.804	(18.908)	1.419	-	1.399
Empreendimentos controlados em conjunto								
Padtec S.A.	(e)	33,84%	232.845	168.912	63.933	68.598	261.940	18.278

- a) O Ideiasnet FIP III, anteriormente Ideiasnet Fundo de Investimento em Cotas de FIP, constituído em 2013, é um fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado com duração de 20 anos ou até a liquidação do último valor mobiliário do fundo. Restarão válidas as obrigações previstas até o seu integral cumprimento, mesmo após o encerramento do fundo. Em 26 de dezembro de 2018 foi deliberada em Assembleia Geral de Cotistas a liquidação do Ideiasnet FIP III.
- b) A Automatos Participações é uma *holding* que detinha participação na Automatos Serviços. A Automatos Serviços é uma empresa de tecnologia focada na prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial e suporte técnico a programas de computador (*software*), assessoria e auditoria em processos operacionais, monitoramento, assessoria e consultoria em segurança da informação e gestão de ativos, desenvolvimento e licenciamento de programas para computadores customizáveis e não customizáveis, manutenção e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Em janeiro de 2017, a Automatos Participações foi transformada em sociedade limitada e em maio, a Automatos Serviços foi vendida.
- c) A Chenonceau é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas e atualmente detém uma participação minoritária na empresa Batanga.
- d) A Ideiasventures é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas e atualmente detém participação na Automatos Participações.
- e) A Padtec é uma empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas. A empresa fornece soluções tanto para redes de longa distância quanto redes metropolitanas e redes de acesso. Com sede em Campinas, SP, a Padtec se destaca pela sua presença nas redes de entroncamento dos maiores provedores de serviços de telecomunicações da América Latina.

10. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Provisão para riscos (10.1)	27.013	20.038	35.010	31.438
Demais obrigações	130	218	1.256	2.973
	<u>27.143</u>	<u>20.256</u>	<u>36.266</u>	<u>34.411</u>
Circulante	130	218	708	2.973
Não circulante	27.013	20.038	35.558	31.438

10.1. Provisão para riscos

A Companhia e suas investidas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir 100% das perdas estimadas como prováveis, 50% das perdas classificadas como possíveis e 25% das perdas estimadas como remotas para as ações em curso (vide item 3.8).

A Companhia faz parte do polo passivo de processos trabalhistas de várias ex-controladas, dentre elas Officer, Pini, Softcorp e ETML - Empresa de Telefonia Multiusuário S.A.

Controladora					
	31/12/17	Adições	Reversões	Transferência	31/12/18
Trabalhista	16.015	5.126	-	-	21.141
Cíveis	4.023	1.886	(37)	-	5.872
Total Provisões	20.038	7.012	(37)	-	27.013
Depósitos judiciais	(1.404)	(5.529)	-	585	(6.348)
Total	18.634	1.483	(37)	585	20.665

Consolidado					
	31/12/17	Adições	Reversões	Transferências	31/12/18
Trabalhista	16.894	5.566	(3.078)	-	19.382
Fiscais	3.125	-	(595)	-	2.530
Cíveis	11.419	2.043	(364)	-	13.098
Total Provisões	31.438	7.609	(4.037)	-	35.010
Depósitos judiciais	(11.245)	(778)	8	666	(11.349)
Total	20.193	6.831	(4.029)	666	23.661

Em 1º de fevereiro de 2017 o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier concluíram a operação de venda da Montpellier, *holding* detentora de 69,1% do capital social da Tectotal, para a CDF. Pelos termos e condições estabelecidos no contrato de compra e venda, o Ideiasnet FIP I fazia jus à quantia de R\$5.163 pela venda de sua participação de 78,6% na Montpellier, que foi depositada judicialmente pela CDF nos autos de uma ação de execução cível de título extrajudicial, de nº 0195266-33.2011.8.26.0100, movida pela ABX Gestão e Administração Ltda. (“ABX”) em face da Automatos. A disponibilidade de tal quantia para a Companhia depende de conclusão favorável desse processo. Em dezembro de 2017, os assessores jurídicos responsáveis pelo seu acompanhamento alteraram sua probabilidade de risco de perda provável para remota, revertendo o valor de R\$5.163 que estava provisionado para perda.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia e sua controlada Ideiasventures sofreram bloqueios judiciais no montante de R\$4.275 no âmbito de outra ação de execução cível nº 1008328-05.2014.8.26.0100 movida também pela ABX em face da Automatos.

A Companhia e suas controladas foram arroladas em diversos processos trabalhistas movidos contra empresas desinvestidas por seus ex-funcionários, principalmente Officer e Pini.

Em 2018 a Companhia e sua controlada indireta Automatos Participações possuem contingências não provisionadas, classificadas pelos seus assessores jurídicos como possíveis de perda, no montante de R\$ 9.542 e R\$ 167, respectivamente, representado desta forma:

	31/12/18
Trabalhista	3.670
Cíveis	6.039
Total	9.709

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$131.846, dividido em 16.344 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 20 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal.

11.2. Reservas de capital

Correspondente ao plano de opções de ações cancelado, mencionado na nota explicativa nº 11.6, e aos ganhos ou perdas na alteração de participação de controladas sem perda de controle.

11.3. Ajuste acumulado de conversão

Representam ajustes decorrentes de coligadas no exterior.

11.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Representam os ajustes decorrentes da avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, líquido de efeitos tributários.

11.5. Dividendos

No Estatuto Social da Companhia, está definida a destinação de 25% ajustada nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos quando for apurado lucro no exercício. Não houve distribuição de dividendos relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, devido aos saldos de prejuízos acumulados.

11.6. Pagamento Baseado em Ações

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2017 foi aprovado o cancelamento do único plano de opções de compra de ações da Companhia então vigente (Plano VI).

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS – NATUREZA DE OPERAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas de serviços de terceiros	(1.357)	(2.389)	(1.984)	(3.267)
Despesas de viagens	(43)	(126)	(44)	(125)
Despesas gerais/administrativas	(347)	(484)	(715)	(922)
Despesas com ocupação	(348)	(395)	(352)	(396)
Despesas com pessoal	(3.038)	(3.702)	(3.344)	(4.210)
Despesas tributárias	(61)	(109)	(370)	(263)
PCLD - Provisão e reversão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	31
Depreciação e amortização	(20)	(19)	(20)	(70)
Total de despesas	<u>(5.214)</u>	<u>(7.224)</u>	<u>(6.829)</u>	<u>(9.222)</u>
Adição/Reversão remuneração baseado em ações	-	3.475	-	3.475
Adição/Reversão provisões riscos (vide nota 10.1)	<u>(6.975)</u>	<u>(8.528)</u>	<u>(3.572)</u>	<u>(6.501)</u>
Total de reversões	<u>(6.975)</u>	<u>(5.053)</u>	<u>(3.572)</u>	<u>(3.026)</u>
Total	<u><u>(12.189)</u></u>	<u><u>(12.277)</u></u>	<u><u>(10.401)</u></u>	<u><u>(12.248)</u></u>

13. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(3)	(2)	(8)	(10)
Juros passivos	-	(31)	(93)	(2.043)
Variação cambial passiva	-	(29)	(69)	(100)
Outras despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(64)</u>	<u>(51)</u>
	<u>(4)</u>	<u>(64)</u>	<u>(234)</u>	<u>(2.204)</u>
Receita financeira				
Descontos obtidos	3	3	3	347
Receita aplicação financeira	-	443	502	2.555
Variação cambial ativa	-	-	20	85
Juros sobre mútuos	172	316	177	374
Outras receitas financeiras	<u>30</u>	<u>9</u>	<u>30</u>	<u>390</u>
	<u>205</u>	<u>771</u>	<u>732</u>	<u>3.751</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>201</u></u>	<u><u>707</u></u>	<u><u>498</u></u>	<u><u>1.547</u></u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo				
IR e CSLL	280	2	2.200	560
IRRF	1	280	1.418	1.722
Total	<u>281</u>	<u>282</u>	<u>3.618</u>	<u>2.282</u>
Circulante	281	282	1.685	1.711
Não circulante	-	-	1.933	571

14.2. A despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social da Companhia e de suas controladas é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Resultado antes dos impostos	11.062	18.837	10.071	24.668
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(3.761)	(6.405)	(3.424)	(8.387)
Equivalência patrimonial	3.889	10.877	(187)	8.908
Ganho de investimentos e capital	4.153	-	5.966	3.446
Outras adições e exclusões e créditos não constituídos	<u>(4.041)</u>	<u>(4.472)</u>	<u>(1.125)</u>	<u>(5.723)</u>
	4.001	6.405	4.654	6.631
Efeitos fiscais lançados no resultado	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>1.230</u>	<u>(1.756)</u>
Corrente	-	-	(676)	(24)
Diferido	240	-	1.906	(1.732)

Em 31 de dezembro de 2018 os sados de imposto de renda e contribuição social a recolher no consolidado eram de R\$ 1.088 (R\$ 622 em 2017) e R\$ 386 (R\$ 212 em 2017), respectivamente.

14.3. Conforme nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada indireta Automatos Participações aderiram ao PERT, cujas regras incluem a concessão de benefícios de redução de juros, multas e encargos, além da possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para pagamento de dívidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”). A Companhia estima auferir reduções significativas em sua dívida consolidada junto à SRFB e à PGFN, principalmente devido aos efeitos do PERT sobre sua controlada indireta Automatos Participações. As adesões realizadas encontram-se em processo de consolidação, aguardando a inclusão de débitos, a prestação de informações e/ou a confirmação de créditos. Por isso, até o momento, foi reconhecido apenas o montante de R\$ 3.652 em ativo diferido, corresponde a cinco das adesões realizadas, sendo uma delas parcialmente, nos valores de R\$817 e R\$138 em janeiro e outubro de 2018, respectivamente.

15. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
Resultado do exercício	11.302	18.837
Resultado básico e diluído por ação (Em Reais)	0,6915	1,1526
Quantidade de ações	16.344	16.344

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas administram seus instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de seus instrumentos financeiros: de capital, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supracitados, bem como o gerenciamento de risco e de capital realizado pela Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, definir limites e controles apropriados, além de monitorar a aderência aos limites definidos. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Administração acompanha o cumprimento das atividades de controle de riscos e revisa periodicamente a estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas.

Tipos de risco

a) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais ao mesmo tempo em que buscam maximizar o retorno de suas

operações para todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e de patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, caixa vinculado e aplicações financeiras e pelo patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Companhia.

A Companhia não possui dívida financeira e seu índice de caixa líquido é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Dívida	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras	-	2	3.594	9.687
Dívida líquida (caixa líquido)	-	(2)	(3.594)	(9.687)
Patrimônio líquido	13.295	2.402	13.295	2.402
Índice de endividamento (caixa) líquido	-	(0,0008)	(0,2703)	(4,0329)

b) Riscos de crédito

É o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, conforme apresentado abaixo.

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo (a)	-	9.364
	<u>-</u>	<u>9.364</u>

(a) O saldo de outros instrumentos financeiros não contempla o investimento avaliado ao valor justo Batanga, apresentado na nota explicativa nº 5.

• Instrumentos Financeiros Avaliados ao Valor Justo

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado dos Instrumentos Financeiros Avaliados ao Valor Justo era de R\$9.364, composto por aplicações em fundo de investimentos em renda fixa DI, Letras Financeiras do Tesouro, certificados de depósito bancário e renda fixa Selic nos montantes de R\$2.064, R\$3.695, R\$3.475 e R\$130, respectivamente, conforme nota explicativa nº 5.

c) Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas tenham dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas relevantes ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas

devem quitar as respectivas obrigações:

31 de dezembro de 2018	Controladora		
	Até um ano	De um a três anos	Total
Transações com partes relacionadas - ativo	-	3.339	3.339
Total	-	3.339	3.339

31 de dezembro de 2018	Consolidado		
	Até um ano	De um a três anos	Total
Caixa e aplicações financeiras	3.594	-	3.594
Fornecedores	(23)	-	(23)
Total	3.571	-	3.571

d) Riscos de mercado

É o risco de que alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros impactem negativamente o resultado da Companhia e de suas controladas. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar a exposição da Companhia e controladas aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o seu retorno.

- Risco com taxas de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas não possuem contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitoram continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos. Na data dessas demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Batanga (vide nota 5)	-	-	2.278	2.278
Outros instrumentos financeiros (vide nota 5)	-	-	-	9.364
PERT	(240)	(489)	(10.247)	(12.714)
	(240)	(489)	(7.969)	(1.072)

- Risco cambial

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se ao instrumento financeiro Batanga. A análise de sensibilidade considera como base a cotação da taxa de câmbio Real x Dólar Norte-americano conforme Relatório Focus de 28 de dezembro de 2018.

<u>Indexador</u>		<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Dólar		1,9000	2,8500	3,8000	4,7500	5,7000
	<u>Saldo 31/12/18</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Instrumentos financeiros						
Batanga Media Inc.	2.278	(1.161)	(602)	(44)	515	1.073
	2.278	(1.161)	(602)	(44)	515	1.073

e) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros ativos e passivos de taxa variável:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2018, foram definidos cinco cenários diferentes e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Os ativos e passivos da Companhia e de suas controladas estão indexados, substancialmente, às taxas CDI e Selic, que foram extraídas do site oficial do Banco Central do Brasil – Bacen na data de 31 de dezembro de 2018. Esse indicador foi definido como o cenário provável e a partir desse cenário provável foram calculadas as variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	3,200%	4,800%	6,40%	8,000%	9,600%
SELIC	3,200%	4,800%	6,40%	8,000%	9,600%

	Saldo 31/12/18	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Aplicações financeiras						
CDI	3.591	115	172	230	287	345
	3.591	115	172	230	287	345
Parcelamento de tributos						
SELIC	10.247	328	492	656	820	984
	10.247	328	492	656	820	984

Classificações contábeis e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

		31/12/18			
Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	3.594	3.594
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.278	2.278
Contratos de mútuos	Empréstimos e recebíveis	3.339	3.339	-	-
Outros valores a receber	Empréstimos e recebíveis	1.674	1.674	4.673	4.673
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	23	23
Demais obrigações	Custo amortizado	130	130	1.256	1.256

		31/12/17			
Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	2	323	323
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado	-	-	11.642	11.642
Outros valores a receber e créditos com outras partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	1.574	1.574	4.006	4.006
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	741	741
Demais obrigações	Custo amortizado	218	218	2.973	2.973

Hierarquia do valor justo

No que tange ao cálculo dos valores justos, foram considerados:

- Caixa e equivalentes de caixa - Contas correntes são valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras são atualizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações contábeis.

- Aplicações financeiras - Aplicações financeiras são valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações contábeis. As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pela taxa Selic.
- Outros instrumentos financeiros - Os investimentos em instrumentos financeiros são mensurados pela metodologia de avaliação por fluxo de caixa descontado.
- Outros valores e créditos a receber - “Empréstimos e recebíveis” são mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando o saldo em aberto incluindo os juros incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

17.1. Transações financeiras com partes relacionadas

As transações financeiras realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas referem-se a contratos de mútuos. O saldo de R\$3.339 em 31 de dezembro de 2018 não prevê cobrança de juros, uma vez que trata-se de controlada integral, e vencimento inferior a um ano.

17.2. Remuneração do pessoal chave da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global máximo de remuneração anual dos Administradores, que inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, foi aprovada a remuneração anual global máxima dos Administradores em até R\$8.000 cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

A Companhia considera pessoal-chave de sua Administração os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários, em consonância com o seu Estatuto Social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle de suas atividades.

	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
Salário ou pró-labore	(1.235)	(1.292)
Outros benefícios	(225)	(195)
	<u>(1.460)</u>	<u>(1.487)</u>

18. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de maio de 2017, a controlada indireta Automatos Participações voltou a ser consolidada pela Companhia, deixando de ser classificada em ativos e passivos mantidos para venda, vide nota explicativa nº 8.b.

19. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Patrimonial	Incêndios/danos	500	22/01/19 a 22/01/20
	Responsabilidade civil	15.000	31/12/18 a 31/12/19

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1. Incorporação de Ações da Padtec

Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia convocou seus acionistas para deliberarem, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) no dia 22 de março de 2019, sobre operação de incorporação da totalidade das ações de emissão da Padtec pela Ideiasnet (“Incorporação de Ações”), que, caso aprovada, resultará: (i) na emissão, pela Ideiasnet, em favor dos acionistas da Padtec (exceto a própria Ideiasnet), de ações ordinárias de emissão da Ideiasnet, em substituição às ações ordinárias de emissão da Padtec; e (ii) a consequente conversão da Padtec em subsidiária integral da Ideiasnet, preservando-se a personalidade jurídica e o patrimônio próprio da Padtec, de modo que a Ideiasnet não absorverá os seus bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades, inexistindo sucessão legal.

A realização da AGE estava condicionada à aprovação da Incorporação de Ações pelos acionistas da Padtec em assembleia que seria realizada em 20 de março de 2019, mas foi cancelada. Em decorrência desse cancelamento, a Companhia cancelou da mesma forma a AGE que seria realizada em 22 de março de 2019.

Os conselhos de administração da Ideiasnet e da Padtec aprovaram nova convocação de assembleias gerais de seus respectivos acionistas para deliberação sobre a Incorporação de Ações da Padtec, objeto das assembleias canceladas. Oportunamente ambas as companhias divulgarão as novas convocações.

Sami Amine Haddad
Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Renata Cristina Saettler Reis
Diretora Administrativo-
Financeira

Cesar do Monte Pires
Contador
CRC/RJ - 064657/O